



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025

À Procuradoria Jurídica do Município de Campo Bom / RS

Assunto: Solicitação de parecer jurídico sobre impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 061/2025

Prezados,

Encaminho para apreciação e emissão de parecer jurídico a impugnação apresentada pela empresa ECO-TEC AMBIENTAL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 061/2025, cujo objeto é a aquisição de triturador/picador de resíduos vegetais.

A empresa impugnante alega ausência de exigência de determinados documentos de habilitação técnica, conforme segue:

- Atestado de capacidade técnica;
- Certificado de Cadastro Técnico (CCT);
- Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT);
- Laudo de conformidade com a NR-12;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Entretanto, após análise do edital, observa-se que:

1. CAT, NR-12, ART e demais exigências técnicas

As exigências apontadas pela empresa já constam no edital, especificamente no descritivo técnico do item. O edital determina que o equipamento ofertado deverá:

- Ser certificado como mecanismo operacional junto ao DENATRAN e INMETRO, com Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT);



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

- Ser entregue com Laudo de Adequação à NR-12 e ART do engenheiro responsável, conforme descrito no item técnico;
- Atender integralmente às normas de segurança, incluindo sistema de corte, proteção, sinalização, controle eletrônico e estrutura rebocável, conforme detalhado no descritivo.

Tais exigências são vinculadas à entrega e conformidade do equipamento, cabendo à fiscalização verificar o atendimento integral às especificações no momento do recebimento. Não se tratam, portanto, de documentos de habilitação jurídica, fiscal ou econômico-financeira da empresa.

2. CCT – Certificado de Cadastro Técnico

O edital não exige o CCT como documento de habilitação. Contudo, o edital já prevê que o emplacamento será de responsabilidade da contratada, incluindo os encaminhamentos e custos. Assim, cabe à empresa vencedora providenciar todos os documentos necessários para o registro e circulação do equipamento, conforme legislação vigente.

3. Atestado de Capacidade Técnica

O edital não exige atestado de capacidade técnica, por decisão da Administração, com base no Art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021, que permite a dispensa dessa documentação nas seguintes hipóteses:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

No presente caso, trata-se de aquisição de bem com entrega imediata, e a exigência de atestado técnico não se mostra necessária, pois não interfere na qualidade do produto ofertado. O edital já contempla critérios objetivos e detalhados para aferição da conformidade técnica do equipamento, o que garante a seleção da proposta mais vantajosa e a segurança na execução contratual.

4. Conclusão

Diante do exposto, solicita-se manifestação jurídica quanto à legalidade da manutenção das condições previstas no edital, especialmente no que se refere à forma de exigência dos documentos mencionados na impugnação, para fins de resposta fundamentada à empresa impugnante.

Campo Bom, 28 de agosto de 2025.

Lucas Marques de Souza
Pregoeiro
Divisão de Licitações e Contratos